

## DA ALDEIA À UNIVERSIDADE: OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES INDÍGENAS EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO AMAZONAS

*FROM VILLAGE TO UNIVERSITY: THE CHALLENGES FACED BY INDIGENOUS WOMEN AT A  
PUBLIC UNIVERSITY IN AMAZONAS*

*DE LA ALDEA A LA UNIVERSIDAD: LOS RETOS DE LAS MUJERES INDÍGENAS EN UMA  
UNIVERSIDAD PÚBLICA DE AMAZONAS*

Thalyta Juliana da Silva Gomes<sup>1</sup>

Socorro de Fátima Moraes Nina<sup>2</sup>

Adria de Lima Sousa<sup>3</sup>

**Código DOI**

### Resumo

Este artigo tem por objetivo identificar as vivências acadêmicas de mulheres indígenas no cotidiano universitário, abordando tanto as dificuldades enfrentadas antes de seu ingresso na universidade quanto aquelas experienciadas após sua entrada no ensino superior. A pesquisa é descritiva e qualitativa, ancorada em uma perspectiva teórico-metodológica decolonial. Como instrumentos, utilizamos entrevistas semiestruturadas e diário de campo. Participaram da pesquisa seis mulheres indígenas, estudantes de medicina (1), enfermagem (2) e odontologia (3), com idades entre 20 e 29 anos. Analisamos os dados a partir da Análise Temática (AT) de Braun e Clarke. Os resultados demonstram que a luta da mulher indígena para ingressar na universidade inicia antes de sua chegada a esse espaço, começando na saída de sua aldeia. As experiências revelam uma realidade preocupante de desigualdades sociais e barreiras socioeconômicas persistentes desde o ensino básico, reforçadas e perpetuadas no ensino superior.

**Palavras-chave:** Estudantes Indígenas. Mulheres Indígenas. Ensino Superior. Universidade.

### Abstract

*This article aims to identify the academic experiences of indigenous women in everyday university life, addressing both the difficulties faced before entering university and those experienced after entering higher education. The research is descriptive and qualitative, anchored in a decolonial theoretical-methodological perspective. As instruments, we used semi-structured interviews and field diaries. Six*

<sup>1</sup> Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus-AM, Brasil. Email: [thalyta.juliana@hotmail.com](mailto:thalyta.juliana@hotmail.com) | Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-2114-0607>

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Amazonas – UEA, Manaus-AM, Brasil. Email: [snina@uea.edu.br](mailto:snina@uea.edu.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5684-9722>

<sup>3</sup> Universidade Federal do Amazonas – UFAM, Manaus-AM, Brasil. Email: [adria.sousa@ufam.edu.br](mailto:adria.sousa@ufam.edu.br) | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7395-1806>

*indigenous women participated in the research, studying medicine (1), nursing (2), and dentistry (3), aged between 20 and 29 years. We analyzed the data using Braun and Clarke's Thematic Analysis (TA). The results show that indigenous women's struggle to enter university begins before they arrive at this space, starting when they leave their village. Their experiences reveal a worrying reality of social inequalities and persistent socioeconomic barriers from primary school onwards, which are reinforced and perpetuated in higher education.*

**Keywords:** Indigenous Students. Indigenous Women. Higher education. University.

### **Resumen**

*Este artículo tiene como objetivo identificar las experiencias académicas de mujeres indígenas en la vida universitaria cotidiana, abordando tanto las dificultades que enfrentaron antes de ingresar a la universidad como las que experimentaron después de ingresar a la educación superior. Se trata de un estudio descriptivo y cualitativo, anclado en una perspectiva teórica y metodológica decolonial. Utilizamos entrevistas semiestructuradas y un diario de campo como instrumentos. Seis mujeres indígenas participaron en el estudio: estudiantes de medicina (1), enfermería (2) y odontología (3), de 20 a 29 años. Analizamos los datos utilizando el Análisis Temático (AT) de Braun y Clarke. Los resultados demuestran que la lucha de las mujeres indígenas para ingresar a la universidad comienza antes de su llegada, comenzando cuando dejan su pueblo. Estas experiencias revelan una realidad preocupante de desigualdades sociales y barreras socioeconómicas que persisten desde la escuela primaria en adelante, reforzadas y perpetuadas en la educación superior.*

**Palabras clave:** Estudiantes Indígenas. Mujeres Indígenas. Educación superior. Universidad.

### **Introdução**

Com o ingresso no ensino superior, mulheres indígenas do Amazonas compartilham a coragem de ocupar espaços acadêmicos e as dificuldades enfrentadas para permanecer nesses lugares, lutando para desestruturar a visão estereotipada e limitada perpetuada no imaginário social sobre o que é ser estudante indígena na universidade. Nessa construção de universidade marcada por uma diversidade de grupos historicamente negligenciados e vozes silenciadas, registra-se o movimento de resistência da mulher indígena, no qual sua presença, cultura e voz produz estranhamentos no território da universidade (Viana; Maheirie, 2017). Como destacaram Gomes e Nina (2024), embora a presença das mulheres indígenas ocorra de forma mais visível e ativa nas universidades brasileiras, não significa que ela se dê sem entraves e dificuldades.

Nessa caminhada, os desafios são múltiplos. A universidade configura-se como um território que cotidianamente precisa ser conquistado, haja vista que o acesso a esse espaço tenha ocorrido mediante

lutas e tensões políticas ainda não superadas. Atualmente, a presença de estudantes indígenas no espaço acadêmico que factualmente lhes fora negado produz ressignificação, resistência e demarcação, provocando estranhamento em estudantes não indígenas, desconfortos, questionamentos e desafiando a universidade a rever suas bases eurocêntricas (Amaral, 2010; Baniwa, 2013; Barroso, 2013; Bergamaschi; Kurroschi, 2013; Nascimento, 2015; Paz, 2013; Paladino, 2012; Scherer-Warren; Delespote, 2016; Viana *et al.*, 2019).

Conforme discutiu Mignolo (2008), é preciso questionar as estruturas de poder, conhecimento e identidade para promover uma perspectiva pluriversal e decolonial que valorize a diversidade de saberes e cosmovisões além das perspectivas eurocêntricas dominantes. Como argumentou Quijano (2005), a dominação colonial não finalizou com a independência dos países colonizados, ao contrário disso, permanece enraizada nos sistemas de poder atuais que definem os mais diversos padrões sociais, evidenciando a colonialidade do poder. Essa dominação não se limitou à exploração econômica ou à conquista territorial, mas se manifestou, ainda, na imposição de estruturas de organização social, cultural e epistêmica sobre os povos colonizados. Nessa linha, Walsh (2009) destacou a interculturalidade crítica como um movimento contra-hegemônico capaz de desafiar as estruturas de poder a partir da construção de outras possibilidades que surgem por meio de experiências históricas de submissão e subalternização.

Em um cenário marcado por lutas e tensões políticas, a universidade torna-se “alvo de direito e lugar a ser alcançado e ocupado pelos povos indígenas como sujeitos históricos e epistêmicos” (Amaral, 2010, p. 22). A efetivação desse direito tem ocorrido por meio de políticas de ações afirmativas, que incluem medidas como cotas, bônus ou fundos de estímulos. Essas políticas visam o ingresso de pessoas pertencentes a grupos historicamente excluídos, reconhecendo a diferença de suas identidades ao criar critérios de acesso e autodeclaração a esses grupos (Dal Bó, 2018). Conforme destacou Oliven (2007), as ações afirmativas no ensino superior buscam oferecer igualdade de oportunidades, visando a diminuição de barreiras que impedem o acesso de grupos excluídos à universidade.

No Amazonas, especificamente na Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o ingresso de estudantes indígenas realiza-se com base na Lei Estadual n. 2.894/2004. Essa lei institui diretrizes para as vagas em vestibulares ofertados pela UEA e fixa que a porcentagem de vagas disponibilizadas aos estudantes indígenas deve ser no mínimo igual ao percentual da população indígena no estado. Além

disso, estabelece dez grupos diferentes de acesso, com base em critérios de tempo de escola pública, territorial e étnico, estando o grupo 10 relacionado aos indígenas. Dessa forma, o ingresso na UEA ocorre por meio do vestibular tradicional, aplicado anualmente em todas as cidades do estado e por meio do Sistema de Ingresso Seriado (SIS), no qual estudantes do ensino médio realizam provas anuais durante os três anos de escola, tendo seu desempenho avaliado de acordo com sua série escolar (Brasil, 2004).

A partir da revisão de literatura acerca da produção de pesquisas sobre a presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras, observamos uma predominância de estudos voltados a políticas de ações afirmativas para acesso de estudantes indígenas no ensino superior (Bergamaschi; Doeber, 2018; Faustino; Novak; Cipriano, 2013; Molina; Ribeiro, 2021; Ruano-Ibarra; Gama, 2020). Assim como estudos que discutem os desafios enfrentados pela mulher indígena no ambiente da universidade (Ames; Almeida, 2021; Eleotério; Souza; Cunha, 2022; Faustino; Novak; Rodrigues, 2020; Molina; Ribeiro, 2021; Molina; Ribeiro, 2023; Oliveira, 2014; Rodrigues *et al.*, 2018; Ruano-Ibarra; Gama, 2020; Santana; Paim, 2018; Vasques; Pontes; Fernandes, 2023).

No que tange aos desafios mencionados pelas mulheres indígenas na universidade, o estudo de Ruano-Ibarra e Gama (2020) apresentou relatos sobre a dificuldade que as estudantes indígenas da Universidade de Brasília (UNB) enfrentaram com relação à linguagem acadêmica utilizada, impactando diretamente na compreensão dos conteúdos ensinados em sala de aula. Colaborando com isso, Ames e Almeida (2021) mencionaram em seu estudo que existem três tipos principais de dificuldades enfrentadas na universidade, as relativas à compreensão e uso da linguagem acadêmica, à compreensão dos conteúdos ensinados e ao domínio das habilidades práticas necessárias para a realização do trabalho intelectual. Nesse sentido, essas dificuldades suscitam inibições e constrangimentos às estudantes, revelando a sujeição epistêmica ainda presente na universidade.

Em outro estudo, realizado por Faustino, Novak e Rodrigues (2020) com mulheres estudantes indígenas do Paraná, os resultados apontaram que os principais desafios enfrentados por essas mulheres na universidade foram relacionados à falta de apoio nos cursos e nas salas de aula, insuficiência de recursos financeiros para se manterem nas cidades, pouco acompanhamento pedagógico, rejeições e preconceitos, e a distância e tempo que permanecem longe da família. Na pesquisa de Eleotério, Souza e Cunha (2022), as mulheres indígenas terenás apontaram desafios semelhantes a esses, contudo,

acrescentaram outros desafios relacionados à existência de práticas discriminatórias, falta de condições financeiras para custear o material didático e falta de acesso à internet para realização de pesquisas acadêmicas.

Outro ponto enfatizado em um estudo realizado por Molina e Ribeiro (2023) refere-se à questão da maternidade como uma dificuldade enfrentada pelas mulheres indígenas que se propõem a ingressar no ensino superior. Considerando que, apesar da importância do sistema de cotas e das ações afirmativas para ingresso no ensino superior de estudantes indígenas, infelizmente essas políticas não possuem um olhar voltado às especificidades de mulheres indígenas que são mães e que ingressam na universidade. Alinhadas a esse mesmo pensamento, Vasques, Pontes e Fernandes (2023) defenderam, em seu estudo, a necessidade de criação de políticas específicas voltadas para o apoio às mulheres, mães, indígenas, gestantes e puérperas para possibilitar sua permanência na universidade.

Nesse sentido, a presença de mulheres indígenas na universidade não somente desafia a instituição a rever sua estrutura eurocêntrica, mas enfatiza, ainda, a necessidade urgente de políticas de ações afirmativas específicas para garantir a permanência dessas estudantes no ensino superior. Nesse contexto, os desafios enfrentados por essas estudantes revelam lacunas significativas no suporte institucional e na compreensão acadêmica de suas realidades. Feitas essas considerações, o presente estudo buscou identificar as vivências acadêmicas de mulheres indígenas no cotidiano universitário, abordando tanto as dificuldades enfrentadas antes de seu ingresso na universidade quanto aquelas experienciadas após sua entrada no ensino superior.

### **Narrando o percurso metodológico**

Este artigo decorre da pesquisa de mestrado intitulada: “Da Aldeia à Universidade: vivências cotidianas de mulheres indígenas em uma Universidade Pública do Estado do Amazonas”.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM), sob o parecer n. 70179823.7.0000.5020, e desenvolvida com base nas Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, do Conselho Nacional de Saúde, Resolução n. 466 de 12 de dezembro de 2012, atendendo às exigências éticas e científicas fundamentais: Comitê de

Ética e Pesquisa, Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), confidencialidade e privacidade dos dados.

Como proposta metodológica, adotamos um estudo descritivo com abordagem qualitativa, visto que se ocupa em trabalhar com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes da realidade social que correspondem a um espaço mais profundo das relações, processos e fenômenos, buscando conhecer a maneira como as pessoas se relacionam com seu mundo cotidiano (Bauer; Gaskell, 2008; Minayo, 2014). Seguimos o delineamento das pesquisas realizadas em Ciências Sociais e da Psicologia Social crítica mediante uma perspectiva decolonial, ao buscar a compreensão emancipadora e provocadora de processos dialéticos, buscando o entendimento da dinâmica das relações sociais das mulheres indígenas universitárias, sem a pretensão de quantificar essas relações e sim de compreender suas vivências acadêmicas compartilhadas no cotidiano universitário.

As participantes da pesquisa foram seis mulheres indígenas universitárias, matriculadas nos cursos da área de saúde da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA). Das seis estudantes entrevistadas, três são do curso de odontologia, duas do curso de enfermagem e uma do curso de medicina, com idades entre 20 e 29 anos. Com relação à naturalidade das estudantes, duas são do município de São Gabriel da Cachoeira, uma do município de Nova Olinda do Norte, uma do município de Itacoatiara, uma do município de Tefé e uma do município de Barcelos. Sobre suas etnias, três são da etnia Baré, uma da etnia Maraguá, uma da etnia Tucano e uma da etnia Kokama.

Para o processo de seleção das participantes, utilizamos a técnica de amostragem Snowball (bola de neve), que consiste em uma forma de amostra não probabilística indicada para pesquisas com grupos menores, por meio de redes de referências e indicações (Vinuto, 2014). Em outras palavras, uma estudante indicou a próxima estudante, a próxima indicou outra estudante e assim sucessivamente através de suas redes de referências e indicações.

Visando garantir sigilo e segurança, as estudantes são apresentadas por nomes de rios que atravessam suas comunidades de origem, sendo eles: Rio Abacaxis, Rio Uaupés, Rio Madeira, Rio Solimões e Rio Negro. Para diferenciar as duas estudantes que escolheram o nome do mesmo rio, usamos a expressão “Rio Negro I” e “Rio Negro II”. A definição pela identificação das participantes pelos nomes dos

rios se deu a partir da sugestão das próprias estudantes, após refletirem sobre sua ligação com seus territórios através dos rios que atravessam suas comunidades.

Como instrumentos para a coleta de dados, utilizamos a entrevista semiestruturada devido à sua flexibilidade, proporcionando uma maior abertura às participantes da pesquisa e permitindo a inclusão de novos questionamentos. Para tanto, seguimos um roteiro de perguntas preestabelecidas relacionadas ao tema disparador sobre a chegada e permanência da mulher indígena na universidade. E o diário de campo, em que registramos observações, comentários e reflexões relacionados às temporalidades cotidianas vivenciadas em cada momento da pesquisa.

Como estratégia metodológica, utilizamos a Análise Temática (AT) proposta por Braun e Clarke (2006), por permitir, de forma flexível, identificação, análise e interpretação das vivências acadêmicas compartilhadas pelas mulheres indígenas no cotidiano universitário. A análise foi realizada a partir de um movimento constante de ir e vir no conteúdo das entrevistas, considerando o caráter dialógico da AT a partir de suas seis fases.

### **O caminho para a universidade: o que vem antes do ingresso**

Antes mesmo de ingressar na universidade, as mulheres indígenas enfrentam diversos desafios decorrentes de barreiras socioeconômicas, educacionais e sociais que permeiam seu percurso educacional. Segundo Gomes e Bracarense (2023), as barreiras socioeconômicas estão relacionadas à escassez de recursos financeiros e à falta de oportunidade. As barreiras educacionais refletem desigualdades no sistema educacional e estão interligadas às barreiras socioeconômicas. Por sua vez, as barreiras sociais resultam de condições de um processo histórico que afeta alguns grupos na sociedade brasileira, englobando desigualdades raciais, de gênero, culturais e deficiências. Entre os desafios enfrentados para ingressar na universidade, as estudantes indígenas destacaram a escassez de informações, a falta de acesso à internet e a maternidade como os principais obstáculos que antecederam seu ingresso na ESA.

A falta de acesso a orientações precisas e específicas sobre os requisitos, procedimentos e prazos para inscrição e seleção nas universidades pode representar um obstáculo significativo para as mulheres indígenas que desejam cursar o ensino superior, conforme destacado pela estudante Rio Solimões:

Eu nunca soube o que era o vestibular, não sabia o que era SIS, não sabia o que era PSC, não tinha esse conhecimento, tanto que eu não fiz, porque eu não sabia, não tinha essa informação, eu não tinha contato com essas coisas [...] eu realmente não sabia como entrar na faculdade, se soubesse tinha feito antes (Rio Solimões).

A fala da estudante Rio Solimões reforça como a falta de informação sobre políticas públicas voltadas para o ingresso no ensino superior dificulta e até mesmo posterga a entrada da mulher indígena na universidade. Além da falta de informação, a ausência de programas de orientação educacional direcionados especificamente para jovens indígenas pode deixá-los sem recursos e apoio necessários para tomar decisões sobre o futuro acadêmico, perpetuando, assim, a sub-representação desses grupos nas instituições de ensino superior. Conforme destacaram Ames e Almeida (2021), a escassez de informações sobre processos seletivos pode se transformar em barreiras significativas para a inserção de estudantes indígenas nas universidades. Por isso, conhecer as formas de ingresso nas instituições de ensino superior, a disponibilidade das vagas ofertadas, os processos seletivos existentes e os tipos de políticas de cotas adotadas são informações indispensáveis para quem pretende ingressar no ensino superior.

Considerando a diversidade de métodos de avaliação existentes entre as diferentes universidades, o acesso a informações detalhadas sobre os conteúdos e formatos das provas é essencial para orientar os estudantes no processo de preparação para o vestibular. A estudante Rio Madeira enfatiza como o acesso a essas informações, somado ao apoio que recebeu de sua prima, foram fundamentais em seu preparo para ingressar na ESA:

Eu entrei pela cota do interior [...] antes de entrar eu já tinha um conhecimento sobre a faculdade por conta de uma prima que desde o 7º ano me influenciou [...] mas eu realmente tinha um desejo de entrar na faculdade e com um certo apoio e ajuda dessa minha prima, me ajudando a pesquisar o edital, os conteúdos programáticos foram facilitando muito o meu trabalho [...] e aí eu já comecei a me preparar, tanto para o SIS quanto para o MACRO pra entrar aqui na universidade (Rio Madeira).

A experiência compartilhada pela estudante Rio Madeira destaca a importância do acesso a informações sobre o vestibular. Ao receber orientações precisas sobre os conteúdos e exigências do exame, a estudante pôde se preparar de maneira mais direcionada e confiante. Vale destacar, ainda, que

o apoio emocional oferecido por sua prima durante o período de estudo desempenhou um papel fundamental em seu sucesso. Esse exemplo ilustra como o acesso a essas informações e o suporte social podem ser recursos valiosos para as estudantes indígenas que almejam ingressar no ensino superior.

De forma geral, conhecer as políticas existentes para ingresso, os procedimentos adotados pela universidade pretendida e os conteúdos para estudo contribuem para uma preparação mais eficaz e estratégica, aumentando as chances de aprovação no processo seletivo. No entanto, isso nos leva a outro desafio que também antecede essa entrada na universidade, a falta de acesso à internet. A estudante Rio Abacaxis destaca como a falta de acesso à internet dificultou sua preparação para a realização das provas do Sistema de Ingresso Seriado (SIS) da ESA:

Eu não tinha internet, estudei em casa só com auxílio de livros, porque não tinha internet [...] estudei sozinha e não fiz cursinho [...] foi muito difícil, mas com a ajuda da cota né, eu fui aprovada [...] e assim que eu saí do ensino médio eu fui aprovada no SIS [...] e eu entrei na ESA desse jeito, mas foi difícil estudar só com os livros e sem internet, bem difícil mesmo (Rio Abacaxis).

A fala da estudante Rio Abacaxis revela que a ausência de contato com os recursos disponíveis na internet, como, por exemplo, a materiais de estudo complementares, videoaulas e simulados, dificultou sua preparação adequada para as provas de admissão, colocando-a em desvantagem em relação aos estudantes que tinham acesso à internet e a cursinhos. Isso nos faz refletir sobre como a desigualdade social e as barreiras socioeconômicas resultam em disparidades significativas para o ingresso da mulher indígena no ensino superior.

As experiências compartilhadas pelas estudantes indígenas evidenciam uma realidade preocupante de desigualdades sociais e barreiras socioeconômicas. A distribuição desigual de recursos e oportunidades, que inclui acesso limitado a recursos econômicos, educação, saúde e oportunidades de emprego, representam desafios significativos enfrentados por essas mulheres. O acesso desigual à educação de qualidade persiste desde o processo de educação básica entre mulheres indígenas que vivem em comunidades localizadas em regiões remotas. Nessas regiões, a escassez de materiais didáticos e a ausência de professores qualificados, somadas a dificuldades de transporte e à infraestrutura física inadequada, são prevalentes. Conforme evidenciou Santos (2024), essas condições contribuem para a

perpetuação de ciclos de privação que limitam as oportunidades para gerações futuras. Ou seja, as condições de desigualdade que acompanham essas estudantes desde o ensino básico são reforçadas e perpetuadas até seu ingresso na universidade. Infelizmente, essa é a realidade das mulheres indígenas que visam ingressar no ensino superior: enfrentar diariamente desigualdades e barreiras tanto durante a educação básica como no percurso para a universidade.

Outra questão destacada por uma das estudantes diz respeito à maternidade como um desafio enfrentado por mulheres indígenas que são mães e desejam cursar o ensino superior. Ao se depararem com a maternidade, essas estudantes enfrentam o dilema de escolher entre dedicarem-se aos cuidados com os filhos ou ingressar na universidade. Essa difícil decisão foi uma realidade vivida pela estudante Rio Negro I:

Eu me formei no ano de 2013 e desde lá eu tentei passar na UEA. Só que eu engravidiei em 2014 [...] aí eu desistir, não fiz nesse ano o vestibular, não tinha como fazer [...] eu perdi uns dois anos só pra cuidar do meu filho e depois eu tentei de novo e eu fiquei tentando algumas vezes [...] até que no ano passado eu consegui ser chamada na terceira chamada e agora eu tô aqui (Rio Negro I).

A maternidade é um desafio presente na vida de muitas mulheres que buscam ingressar no ensino superior. Conforme argumentou Urpia e Sampaio (2009), a entrada da mulher na universidade ou no mercado de trabalho não a isenta das responsabilidades de cuidar da casa e dos filhos, pelo contrário, essas responsabilidades se somam às exigências da vida acadêmica ou profissional. Essa visão é corroborada por Vieira, Souza e Rocha (2019), que destacaram as dificuldades de conciliar a maternidade com a vida acadêmica, devido às mudanças físicas e psicológicas durante a gravidez, bem como as novas demandas de cuidado após o nascimento da criança.

Entretanto, no caso das mulheres indígenas, a maternidade adquire especificidades importantes. A distância das redes de apoio comunitário, tão presentes em seus territórios de origem, dificulta a possibilidade de compartilhamento de cuidados com os filhos. Além disso, somam-se a preconceitos interseccionais que articulam gênero, raça e etnia, dificultando o acesso a políticas institucionais de suporte, como creches e auxílios estudantis. Há, ainda, dimensões culturais próprias: a maternidade, em muitas comunidades, é compreendida como lugar de transmissão de saberes e preservação cultural, e o afastamento temporário desse papel pode gerar tensões identitárias. Embora a conciliação entre

maternidade e estudos seja um desafio comum, entre as mulheres indígenas esse processo é atravessado por desigualdades adicionais de ordem territorial, cultural e racial. Dessa forma, quando a mulher é indígena, os desafios que antecedem seu ingresso na universidade tornam-se ainda mais complexos e multifacetados.

### **Os desafios cotidianos no território da universidade**

O ingresso na universidade representa uma fase de mudanças importantes na vida de qualquer estudante. Para as estudantes indígenas, essa transição é ainda mais desafiadora, pois as expõe a uma série de experiências com as quais muitas vezes não estão familiarizadas. Essas experiências incluem uma variedade de desafios pessoais, interpessoais, familiares e institucionais. As narrativas das estudantes destacam que os principais desafios enfrentados após o ingresso na universidade incluem a mudança para a cidade, a falta de recursos financeiros, a dificuldade de compreensão da linguagem acadêmica, a rotina acadêmica e o preconceito por meio de práticas excludentes.

Para ingressar no ensino superior, as estudantes indígenas precisaram se deslocar para longe de seus territórios. Algumas delas se mudaram sozinhas, deixando suas famílias e parentes na aldeia, enquanto outras se mudaram acompanhadas de parte de sua família. As experiências relatadas pelas estudantes Rio Uaupés e Rio Madeira evidenciam as dificuldades enfrentadas durante esse processo de chegada à cidade e ingresso na universidade:

Eu entrei na ESA em 2022, no segundo semestre, entrei como do interior [...] aí eu tive que me mudar pra cá. Só vim pelos estudos mesmo [...] no começo foi muito difícil né, ficar longe da minha família, do meu interior [...] nos primeiros meses foi difícil pra mim me adaptar as coisas [...] me acostumar com a rotina de cidade grande, coisas que no meu interior não tem né (Rio Uaupés).

A adaptação foi difícil. Eu nunca tinha morado sozinha, sempre tiver em contato com pai, mãe e avó, então isso foi um tópico bastante difícil [...] eu passei e tive que vir pra estudar e no início realmente eu fiquei com fome, que eu não sabia fazer comida, não sabia sair pra fazer compras e eu tive que aprender sozinha [...] e o medo também de ir pra uma cidade completamente diferente de onde eu morava, foi algo bem complicado pra mim (Rio Madeira).

A saída da aldeia implica mudanças significativas que ocorrem mediante contato com outras culturas, pessoas e formas de viver e perceber o mundo. Ao realizar o percurso da aldeia à universidade, as estudantes indígenas se deparam com uma nova realidade que transcende os aspectos físicos e simbólicos. Neste sentido, as falas das estudantes Rio Uaupés e Rio Madeira refletem o que Karajá (2020) enfatizou ao afirmar que, para o indígena, a saída de sua aldeia é uma decisão difícil por conta da sua ligação com o território, principalmente para a mulher indígena, considerando os sentidos que o território representa enquanto terra, simbologia, espiritualidade e lugar de morada.

Esse processo de mudança também foi experienciado pela estudante Rio Negro I, que, devido à insuficiência de recursos financeiros, precisou contar com o apoio de seus pais, os quais se mudaram com ela e seu filho:

No início foi bem pesado, porque os meus avós queriam me ajudar, mas não dava né, por isso que meus pais vieram pra me ajudar. E aqui em Manaus é um pouco complicado porque aqui, a gente tem que ter dinheiro todo tempo, ainda mais com filho né [...] e quando eu passei na UEA, e consegui vim pra cá, mudou totalmente, ficou um pouco apertado no início, pagar aluguel, a mudança de lugar né, as pessoas, as vivências, foi difícil (Rio Negro I).

Diante dessa realidade, a mudança para a cidade se apresenta como a única alternativa para essas estudantes ingressarem em cursos na área da saúde, como medicina, enfermagem e odontologia na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Esses cursos são ofertados exclusivamente na unidade da Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA), da UEA, exceto pelo curso de enfermagem, também ofertado no Centro de Estudo Superior de Parintins. A ausência de oferta de vagas para os cursos voltados à saúde nos municípios do interior do Amazonas configura um grave problema, obrigando as estudantes a saírem de suas comunidades para a cidade em busca de oportunidades educacionais.

Nesse contexto, a fala da estudante Rio Negro I enfatiza que o percurso da aldeia à universidade não representa somente uma mudança geográfica, mas envolve o enfrentamento de realidades diferentes daquelas vivenciadas nas comunidades, principalmente para as mulheres que são mães. Esse processo de transição demanda não somente adaptação às novas condições acadêmicas exigidas pela universidade, mas também a necessidade do estabelecimento de redes de apoio durante esse percurso, considerando que a universidade é um ambiente novo para essas estudantes.

A falta de recursos financeiros para custear despesas com aluguel e alimentação, aliada aos gastos com materiais para os estudos e realização de trabalhos acadêmicos, também emerge como um desafio significativo. Essa realidade é ilustrada pelas estudantes Rio Negro I e Rio Abacaxis:

Às vezes é difícil, a gente para e pensa, eu não vou conseguir, tá muito pesando [...] e eu não tenho as coisas que a maioria dos estudantes aqui tem [...] eu vou precisar fazer um projeto e eu não tenho um tablet, não tenho um computador, não tem como comprar [...] e aí às vezes, sei lá, quando eu estudo e mesmo assim pego uma nota não muito boa, já fico triste, já fico abalada (Rio Negro I).

Não tinha todas as coisas que eu precisava, como internet, que a gente precisa pra estudar e se comunicar né, não tinha como pagar internet boa [...] e o segundo período foram praticamente online por causa da pandemia, então foi complicado [...] no segundo período eu desperiodizei e eu não tinha uma internet boa pra estudar (Rio Abacaxis).

A ausência dos recursos necessários para auxiliar os estudos pode impactar significativamente no desempenho acadêmico das estudantes, gerando consequentemente sentimento de frustração. Conforme destacou Amaral (2010), a falta de recursos materiais compromete a qualidade do ensino, assim como influencia diretamente a forma de estudo, o rendimento e a permanência dos estudantes na universidade. Silva e Nogueira (2011) argumentaram que o acesso ao ensino superior não se resume somente ao ingresso na universidade, mas envolve um processo mais amplo que inclui ingresso, permanência, conclusão e qualidade da formação. Dito isto, esses entendimentos destacam a importância não somente de garantir o ingresso de estudantes indígenas no ensino superior, mas também de proporcionar condições adequadas para a permanência e conclusão de seus estudos. Essa realidade levanta questionamentos a respeito das políticas públicas destinadas à permanência dos povos indígenas no ensino superior, demandando profunda reflexão acerca do papel institucional dessas políticas.

Na fala das estudantes Rio Solimões e Rio Abacaxis, também é apontada a dificuldade de compreensão da linguagem acadêmica como uma problemática enfrentada pelas estudantes indígenas após o ingresso na ESA:

Tinha coisas que eu vi aqui na universidade, que eu não tinha escutado falar em nenhum outro lugar, nunca [...] aí só depois que eu ia ligar os pontos, mas tinha coisas que eu nunca tinha escutado, até porque na escola é só o básico do básico [...] e eu tive muita dificuldade em entender a forma de falar as coisas [...] tive dificuldade de entender algumas matérias de bases também (Rio Solimões).

A gente entra aqui na UEA, principalmente na faculdade de medicina já sabendo que não vai ser fácil e sabendo que tem algumas limitações, principalmente a gente como indígena né [...] a questão da linguagem foi difícil adaptar sabe [...] e quando eu entrei na faculdade foram as maiores dificuldades que eu achei, a adaptação da linguagem, a questão financeira e tem também a questão dos conteúdos das aulas (Rio Abacaxis).

Ao chegarem à universidade, essas estudantes deparam-se com a utilização de termos técnicos aos quais não estão familiarizadas. Além das barreiras linguísticas, os conteúdos das aulas também representam grandes obstáculos, exigindo um esforço extra para compreensão. Nesse sentido, conforme observou Paulino (2008), a dificuldade de compreensão da linguagem acadêmica emerge como uma dificuldade considerável para as estudantes indígenas após seu ingresso nas instituições de ensino superior.

Além das dificuldades de compreensão da linguagem acadêmica, as estudantes também ressaltam os desafios encontrados em relação à rotina acadêmica, como evidenciado nas narrativas das estudantes Rio Negro I e Rio Madeira:

Foi bem complicado [...] já faz um tempo que eu me formei e eu fiquei um tempo parada em relação aos estudos [...] e a gente pegou aquele básico de tudo, porque não é o mesmo ensino que a gente teve lá em São Gabriel [...] e aqui as pessoas já são mais avançadas que a gente, bem mais espertas e a gente fica meio avoada, muitos assuntos [...] eu ficava acordada de madrugada pra tentar estudar, só que mesmo assim ainda não dava, ai me sentia exausta [...] ai no outro dia quando eu vinha pra cá eu não conseguia mais, ficava assim meio desligada (Rio Negro I).

Muito conteúdo, muitos assuntos pra estudar e várias matérias ao mesmo tempo [...] já teve dias que eu tive três, quatro provas em um só dia [...] eu vou ter duas provas quarta-feira, em um só dia, e eu não sei o que eu vou fazer, eu vou ter que virar [...] agora mesmo, eu tô virada, sem dormir (Rio Madeira).

O ingresso na vida acadêmica envolve uma série de mudanças significativas na vida diária das estudantes, incluindo a gestão do tempo, a organização das atividades acadêmicas e a rotina em um novo ambiente social e cultural. A pressão exercida pela universidade para se adaptarem rapidamente a um ritmo de estudos mais intenso e alcançarem um desempenho acadêmico elevado pode resultar em sentimentos de sobrecarga. Como destacaram Herbetta e Nazareno (2020), os estudantes indígenas

frequentemente têm suas identidades e culturas negligenciadas no ambiente acadêmico, gerando sofrimentos que se expressam na forma de dificuldades com a rotina acadêmica.

Além dos desafios mencionados, as estudantes também compartilham relatos de preconceitos praticados por estudantes não indígenas na ESA:

Eu sofri muito preconceito [...] eu via as pessoas me olhando meio torto, porque o meu sotaque agora, as minhas falas, as palavras que eu falo, mudaram do jeito que eu falava antes. Por causa desses julgamentos que a gente passa, né [...] a gente tem muita gíria, a gente fala muita palavra na língua mesmo (Rio Abacaxis).

Eu vejo que tem preconceito de quem veio do interior [...] a gente se sente mal, né, quando vê que tá sendo excluído de alguma coisa, e eu vejo que aqui tem muito isso [...] ainda mais quem é da capital, já vem pra cá com estudo particular, fez cursinho, diferente de quem vem do interior. Eu, por exemplo, não fiz cursinho pra entrar, então quem fez meio que já sabe das coisas, como funciona, então meio que não se misturam com quem veio do interior (Rio Uaupés).

O preconceito é uma resposta emocional negativa baseada em julgamentos infundados e geralmente resistentes às mudanças, que coloca os indígenas como grupo inferior (Calegare; Lopes; Zacarias, 2021). E de fato é isso que acontece na universidade, cotidianamente as estudantes indígenas lutam para desconstruir a imagem perpetuada de que a universidade não é lugar para o indígena. As narrativas das estudantes Rio Abacaxis e Rio Uaupés evidenciam a experiência de preconceito linguístico, social e educacional, revelando as dificuldades que os estudantes vindos de áreas rurais ou do interior enfrentam na universidade. Essas dificuldades incluem estereótipos associados à origem geográfica, linguagem e acesso limitado a oportunidades educacionais. Portanto, considerando que cada povo possui sua própria identidade e cultura, é imprescindível não somente reconhecer, mas também aceitar e respeitar a diversidade linguística e cultural de cada comunidade.

Nesse contexto, permeado por desafios e lutas para ingressar e permanecer na universidade, as mulheres indígenas cotidianamente realizam um movimento de reterritorialização na tentativa de demarcar seu espaço enquanto indígena, mulher e universitária. Como defendeu Saquet (2013), a produção do território é influenciada por movimentos históricos e simultâneos, definidos por meio das relações de poder presentes, que se entrelaçam com aspectos políticos, culturais e econômicos. Compartilhando dessa mesma concepção, Haesbart (2009) defendeu que o território admite um viés

multidimensional, manifestado nos processos de desterritorialização e reterritorialização, por meio dos movimentos dos agentes e grupos que transitam entre esses espaços.

Assim, à medida que ocorrem movimentos individuais e sociais de desterritorialização, surgem novos processos de reterritorialização, considerando impossível a ausência de alguma forma de territorialidade. Portanto, a saída das mulheres indígenas de seu território de origem representa o processo de desterritorialização, enquanto sua chegada ao ambiente universitário é o momento de reterritorialização. Nesse novo território, essas mulheres buscam estabelecer relações de pertencimento, demarcando seu lugar. Por isso, é fundamental que a universidade viabilize esse processo de reterritorialização, permitindo que as estudantes indígenas se apropriem desse ambiente (Rodrigues *et al.*, 2018). Nesse sentido, constata-se a importância de olhar para a territorialidade, noção que precisa ser compreendida na sua relação indissociável com a cultura, uma vez que o território reflete uma dimensão existencial humana (Sousa; Zeni; Schneider, 2021).

Conforme observou Amaral (2010), a universidade é um espaço em que as fronteiras étnicas e sociais se evidenciam, sendo na interação com os outros que as especificidades se revelam. Tornar a universidade um território indígena em que as estudantes se sintam representadas e pertencentes é crucial. Para isso, como destacou Baniwa (2013), é necessário considerar as particularidades socioculturais, políticas e demográficas das comunidades indígenas, assim como seus processos educacionais próprios. Além do mais, é essencial descontruir estereótipos sobre os povos indígenas, promovendo a diversidade cultural na universidade (Munduruku, 2012).

### **Vozes insurgentes da mulher indígena na ESA**

A busca por melhorias é fundamental para garantir uma experiência educacional de qualidade aos estudantes. Por isso, é essencial ouvir suas demandas e reivindicações no território acadêmico. Questões como a alimentação no Restaurante Universitário (RU), a flexibilização do calendário acadêmico e a necessidade de salas de descanso atravessam de modo geral a vida universitária. Contudo, para as estudantes indígenas, esses aspectos assumem uma dimensão diferenciada.

A respeito da alimentação no RU, as estudantes Rio Abacaxis, Rio Solimões e Rio Madeira reivindicam melhorias na qualidade e preparo da alimentação, como ilustrado a seguir:

A alimentação é complicada [...] melhorar a qualidade da alimentação seria muito importante [...] como eu falei, a gente tem que comer o que tem, né [...] e tem também que às vezes falta comida e aí demora a chegar e não dá tempo de comer (Rio Abacaxis).

Nós alunos, não temos condições [...] eu não tenho condições de trazer marmita de casa ou tá comendo fora [...] e às vezes falta comida no RU [...] eu já fiquei esperando muitas vezes porque acabou a comida [...] como não é feito aqui demora muito chegar [...] e a gente tem aula uma hora e tem aluno que vai embora pra aula sem comer porque não pode faltar aula (Rio Solimões).

Higiene do RU é importante [...] porque já teve situações complicadas [...] uma amiga minha tava comendo e pegou um esparadrapo na comida e isso é uma forma de contaminação, né [...] então essa questão de higiene é importante melhorar (Rio Madeira).

Essas narrativas ressaltam aspectos críticos da alimentação no RU que podem prejudicar a saúde de qualquer estudante. Entretanto, para as mulheres indígenas, o RU, muitas vezes, representa a única possibilidade diária de alimentação, uma vez que essas estudantes não contam com apoio familiar próximo nem com condições financeiras para alternativas externas. Além disso, a inadequação alimentar repercute também na dimensão cultural, pois o afastamento dos hábitos alimentares tradicionais pode contribuir para sentimentos de desenraizamento e solidão.

Por isso, como enfatizou Moreira Junior *et al.* (2016), é fundamental avaliar as condições dos RUs, a fim de verificar se as necessidades básicas relacionadas à qualidade das refeições, higiene, acomodações, ventilação, dentre outros aspectos, estão sendo atendidas. As críticas quanto à qualidade da alimentação e os relatos de falta de higiene são pontos alarmantes que demandam atenção imediata por parte da universidade para garantir uma experiência alimentar segura e satisfatória para todos os estudantes.

Outro ponto mencionado refere-se à revisão do calendário acadêmico e ao fim do período reduzido, conforme enfatizado pelas estudantes Rio Madeira e Rio Negro II:

A gente só teve uma semana de recesso, então teve gente que não pode visitar a família no Natal e ano novo [...] a data das nossas férias não se encaixa com as da nossa família [...] fica uma certa dificuldade pra gente manter aquela vivência familiar [...] e a UEA é a única faculdade que tem um calendário diferente [...] rever o calendário e tentar deixar mais flexível seria uma sugestão importante também (Rio Madeira).

Parar com o período reduzido e voltar a ter um período de seis meses [...] porque você tentar dar seis meses de aula em dois meses e meio não dá certo [...] sobrecarrega o aluno e talvez por isso eu me sinta sobrecarregada, porque logo que eu entrei na faculdade já tava nesse período reduzido [...] eu nunca tive um período completo de seis meses [...] então eu nunca

tive tempo pra estudar, eu tava sempre na correria [...] porque o professor tava sempre tentando dar a matéria de seis meses em dois meses e meio (Rio Negro II).

Essas narrativas indicam um desacordo em relação ao calendário acadêmico da ESA. Enquanto a estudante Rio Madeira enfatiza a falta de sincronia entre o calendário acadêmico e o calendário tradicional de férias, destacando como isso compromete as vivências familiares das estudantes, por sua vez, a estudante Rio Negro II tece críticas ao sistema de períodos reduzidos, enfatizando como esse tipo de sistema sobrecarrega os estudantes. Conforme mencionaram Silva e Paulino (2019), é imprescindível que as instituições de ensino superior realizem adequações acadêmicas e curriculares que contemplem a realidade sociocultural de estudantes indígenas, buscando atender suas necessidades. Nesse sentido, a universidade tem como dever democrático promover iniciativas para incentivar a participação ativa dos estudantes indígenas através do compartilhamento de ideias e reflexões coletivas, visando identificar e resolver as demandas apresentadas.

Outra reivindicação apresentada refere-se à necessidade de uma sala de descanso para os estudantes que passam longos períodos na universidade, como ilustrado pela estudante Rio Uaupés:

Salas de descanso seria bom [...] a gente passa o dia todo aqui [...] tem pessoas que moram longe né [...] quando o trânsito tá horrível eu demoro quase uma hora pra chegar aqui, então eu não volto pra casa, porque se eu voltar pra casa eu vou me atrasar pra aula [...] então é melhor nem ir, aí eu almoço aqui e tento dar um descanso até a próxima aula [...] ou fico na biblioteca adiantando os trabalhos que eu tenho [...] pode ver que aqui tem muita gente pelos corredores dormindo né [...] então acredito que uma sala de descanso pra gente é muito bom (Rio Uaupés).

O cotidiano acadêmico pode ser bastante cansativo, devido à rotina de aulas, trabalhos, provas, projetos de pesquisa, atividades de extensão e extracurriculares, que exigem longos períodos na universidade. Segundo Dantas, Ferreira e Medeiros (2021), a razão desse excesso de horas na universidade se deve aos horários de aula que, raramente, ficam concentrados em um só turno. Nesse contexto, embora seja uma demanda de todos os estudantes, a criação de uma sala de descanso assume uma importância diferenciada para as mulheres indígenas que moram distante da universidade, em casas comunitárias ou de familiares. Dessa forma, a criação de uma sala de descanso possibilitará que elas e os demais estudantes descansem nos intervalos das aulas, além de oferecer um espaço de convívio coletivo.

Por sua vez, a estudante Rio Negro II propõe a implementação de um processo avaliativo mais rigoroso com relação às vagas destinadas aos estudantes indígenas, conforme ilustrado:

Como estudante indígena eu gostaria que houvesse um melhor critério, como eu posso dizer [...] uma fiscalização ou um critério mais rigoroso de avaliação de documentação de estudantes indígenas na universidade [...] não porque eu duvido de alguém, mas porque eu gostaria que fosse assegurado às pessoas que realmente são indígenas o direito de usufruir da universidade (Rio Negro II).

Conforme destacou Lembi *et al.* (2023), o artigo 5º, § 2º da Lei de Cotas da UEA estabelece que a seleção para o preenchimento das vagas destinadas aos estudantes indígenas é de responsabilidade da própria UEA. Assim, os(as) candidatos(as) a essas vagas devem apresentar o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (RANI), expedido pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), ou o Termo de Autodeclaração e Pertencimento Ético, assinado por liderança local. Contudo, apesar dos critérios documentais exigidos para a matrícula de estudantes indígenas na ESA, a estudante Rio Negro II reforça a necessidade de implementação de uma fiscalização mais rigorosa para a avaliação da documentação de estudantes indígenas, assegurando que somente esses estudantes tenham acesso aos benefícios educacionais reservados a esse grupo. Nesse sentido, a universidade tem a responsabilidade de assegurar que as vagas destinadas a estudantes indígenas sejam efetivamente ocupadas por eles. Portanto, é crucial que a universidade divulgue explicativamente o processo de avaliação, incluindo os critérios adotados.

As vozes insurgentes das estudantes indígenas refletem a necessidade de uma universidade que respeite e considere as especificidades das mulheres indígenas universitárias, onde essas estudantes possam se reconhecer nesse espaço e serem reconhecidas também por quem está nele, afinal, a universidade também é território indígena.

### **A luta é contínua: considerações não finais**

O percurso da aldeia à universidade caracteriza-se como um percurso não somente físico, mas também simbólico. Ao compartilhar suas vivências acadêmicas, as estudantes indígenas relataram situações cotidianas e expressaram os significados subjetivos e coletivos construídos a partir dos desafios enfrentados tanto na universidade como em suas comunidades. A luta se inicia antes mesmo de chegarem à universidade, começando, ainda, na saída de suas aldeias.

As narrativas dessas estudantes expuseram que os desafios relacionados à falta de acesso a informações sobre o processo de ingresso nas universidades públicas, o acesso limitado à internet e a maternidade constituem-se como barreiras significativas em seu ingresso no ensino superior, evidenciando as desigualdades de gênero, raça e classe. Após ingressarem na universidade, novos desafios surgem, como mudança para a cidade, falta de recursos financeiros, dificuldade de compreensão da linguagem acadêmica, dificuldade com a rotina acadêmica e preconceito por meio de práticas exclucentes. Isso revela a falta de preparo das universidades para possibilitar não somente o ingresso, mas também a permanência de estudantes indígenas no ensino superior.

Por muitos anos, a narrativa histórica corroborou a lógica colonial, impondo um processo impiedoso de subalternização aos povos indígenas. Os estereótipos perpetuados e os preconceitos enraizados ao longo dos anos reforçam uma visão distorcida dos indígenas. Nesse contexto, a universidade realiza uma imposição perversa ao insistir que as mulheres indígenas universitárias se adaptem à lógica hegemônica predominante nesse espaço. Enfrentando inúmeros desafios para ingressar e permanecer na universidade, as mulheres indígenas lutam cotidianamente para estabelecer relações de pertencimento no território acadêmico, buscando resistir e demarcar seu espaço através da reterritorialização. Na universidade, a reterritorialização não se refere somente a um movimento de ocupação física, mas implica também um movimento de reivindicação por mudanças estruturais, políticas e práticas, de forma que a universidade reconheça e dê espaço às estudantes indígenas. Desse modo, é possível o vislumbrar de novas territorialidades, possibilidades e caminhos para essas mulheres a partir da experiência na universidade quando esta não for um modelo de reprodução de opressões e violências.

A presença das mulheres indígenas no ensino superior deve ser compreendida também a partir de uma perspectiva decolonial, pois evidencia um processo de exclusão naturalizado pelo colonialismo e denunciado nas narrativas das estudantes ao enfatizar a problemática entre etnia e gênero, que as coloca em situação de invisibilidade tanto diante da sociedade como no interior de suas comunidades. Como apontou Alves *et al.* (2024, p. 66), “a realidade das mulheres indígenas reproduz uma dupla exclusão pela dupla invisibilidade de etnia e de gênero, tanto para com as sociedades em geral, quanto para as comunidades em que vivem, e estar na universidade se caracteriza como a possibilidade de tornarem-se visíveis”. Para essas mulheres, a inserção no espaço acadêmico não é somente uma oportunidade de

formação, mas um ato de resistência, de afirmação de sua presença e de questionamento das lógicas hegemônicas que historicamente negaram a igualdade de gênero e a legitimidade de sua participação como indígenas e, sobretudo, como mulheres.

Portanto, ouvir as vozes insurgentes das mulheres indígenas universitárias envolve reconhecer suas especificidades e valorizar seu protagonismo, desafiando as normas da lógica colonial estabelecida ao longo dos anos. Em outras palavras, significa ouvir as vozes que lutam contra as práticas eurocêntricas dominantes, buscando transformar as estruturas políticas para atender às necessidades e realidades de grupos historicamente subalternizados, marginalizados e excluídos. Descolonizar a universidade, conforme o pensamento decolonial, é fundamental e implica uma crítica à hegemonia do saber. Afinal, a luta das mulheres indígenas universitárias é contínua, por isso, é necessário ser resistência para permanecer e permanecer para demarcar seu espaço como mulheres, indígenas e universitárias.

## Referências

- ALVES, R. A. L. (Rosemary A. L.); ALVES, R. A. L. (Raniele A. L.); GAMENHA, S.; SANTOS, V. O. dos (Wanda Witoto); LEITÃO, C. L.; RIBEIRO, I. da S. A trajetória e permanência de jovens indígenas em instituições de ensino superior no Amazonas: a transformação do estigma em protagonismo. In: RIBEIRO, I. da S.; FERREIRA, I. C. F.; SOUSA, A. L.; PEDROZA, R. L. S. (org.). **Interseccionalidades e produção de subjetividades: diálogos sobre racismo, sexismo e direitos humanos**. Manaus: EDUA, 2024, p. 66-93.
- AMARAL, W. R. do. **As trajetórias dos estudantes indígenas nas universidades estaduais do Paraná: sujeitos e pertencimentos**. 2010. 586 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/23999?show=full>. Acesso em: 18 jun. 2024.
- AMES, V. D. B.; ALMEIDA, M. L. de. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 56, p. 244-275, jan./abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-98065>.
- BANIWA, L. G. A Lei das Cotas e os povos indígenas: mais um desafio para a diversidade. **Cadernos do Pensamento Crítico Latino-Americano**, Encarte n. 34, p. 18-21, jan. 2013.
- BARROSO, M. M. Da formação de professores à presença indígena nos cursos universais: o “Trilhas” e a superação da tutela pelo ensino superior. In: LIMA, A. C. S.; BARROSO, M. M. (org.). **Povos indígenas e universidade no Brasil: contextos e perspectivas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2013, p. 79-108.

BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

BERGAMASCHI, M. A.; DOEBBER, M. B.; Brito, P. O. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Rev. Bras. Estud. Pedagog.**, Brasília, v. 99, n. 251, p. 37-53, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.99i251.3337>.

BERGAMASCHI, M. A.; KURROSCHI, A. R. da S. Estudantes Indígenas no ensino superior: o programa de acesso e permanência da UFRGS. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-20, abr. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/45654/28834>. Acesso em: 20 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 2.894, de 22 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre as vagas oferecidas em concursos vestibulares pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA), além de direcionar a outras providências. Disponível em: <https://xfiles.uea.edu.br/data/legislacao/ato/p5791.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, jul. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.

CALEGARE, M.; LOPES, K. P.; ZACARIAS, E. F. J. Sentimento de pertença de moradores indígenas e não indígenas em comunidade pluriétnica de Manaus/AM. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 26, n. 3, p. 333-343, jul./set. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210031>.

DAL BÓ, T. L. **A presença de estudantes indígenas nas universidades**: entre ações afirmativas e composições de modos de conhecer. 2018. 249 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-25102018-105344/en.php>. Acesso em 22 jun. 2024.

DANTAS, Y. F. de O.; FERREIRA, A. L.; MEDEIROS, R. Espaços de convivência e sua influência na vida universitária: um estudo do centro de tecnologia da UFRN. *In: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*, 6., 2021, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: FAU-UNB, 2021. p. 1168-1864. Disponível em: <https://hcurlb.ct.ufrn.br/projetos/dantas-yanka-ferreira-de-oliveira-ferreira-angela-lucia-medeiros-renato-de-espacos-de-convivencia-e-sua-influencia-na-vida-universitaria-um-estudo-do-centro-de-tecnologia-da-ufrn-in-vi-enanparq-2021-brasilia-anais-brasilia-fau-unb-202/434/>. Acesso em: 22 maio 2024.

ELEOTÉRIO, V. R.; SOUSA, A. S.; CUNHA, F. C. F. da. A mulher indígena Terena no ensino superior: tensões e possibilidades. *In: COSTA, R. T. R. (org.). Por uma educação transformadora: práticas educativas antirracistas*. São Paulo: Científica Digital, 2022, p. 12-21.

FAUSTINO, R. C.; NOVAK, M. S. J.; CIPRIANO, S. C. V. A presença indígena na universidade: acesso e permanência de estudantes Kaingang e Guarani no ensino superior do Paraná. **Revista Cocar**, Belém, v.

7, n. 13, p. 69-81, jan./jul. 2013. Disponível em:

[https://www.academia.edu/84547852/A\\_presen%C3%A7a\\_ind%C3%ADgena\\_na\\_universidade\\_Acesso\\_e\\_perman%C3%A7a\\_de\\_estudantes\\_Kaingang\\_e\\_Guarani\\_no\\_ensino\\_superior\\_do\\_Paran%C3%A1](https://www.academia.edu/84547852/A_presen%C3%A7a_ind%C3%ADgena_na_universidade_Acesso_e_perman%C3%A7a_de_estudantes_Kaingang_e_Guarani_no_ensino_superior_do_Paran%C3%A1). Acesso em: 18 jun. 2024.

FAUSTINO, R. C.; NOVAK, M. S. J.; RODRIGUES, I. C. O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 1-30, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5965/2175180312292020e0103>.

GOMES, J. X.; BRACARENSE, L. dos S. F. P. Análise das barreiras de acesso ao ensino superior no Brasil e as políticas públicas existentes. *In: WENCESLAU, E. C. (org.). Práticas em ensino, conservação e turismo no Brasil*. São José do Rio Preto: Reconecta soluções educacionais, 2023, p. 52-67.

GOMES, T. J. da S.; NINA, S. de F. M. A presença de mulheres indígenas nas universidades brasileiras: uma revisão de escopo. **Revista de Psicología**, [S. I.], v. 33, n. 2, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2024.71620>.

HAESBART, R. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. 13. ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 2009.

HERBETTA, A. F.; NAZARENO, E. Sofrimento acadêmico e violência epistêmica: considerações iniciais sobre dores vividas em trajetórias acadêmicas indígenas. **Tellus**, Campo Grande, v. 20, n. 41, p. 57-82, jan./abr. 2020. DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.640>.

KARAJÁ, V. H. M. Trajetórias de uma estudante Iny (Karajá): narrativa de acesso e permanência no curso superior. **Tellus**, [S. I.], v. 20, n. 41, p. 165-173, jan./abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.638>.

LEMBI, R. C.; BATTANI, V.; GUTIÉRREZ, A. M. F.; VICENTINI, J. O.; ALBUQUERQUE, C. de; RODRIGUES, A. C.; GILES, A.; SILVA, J. M. O. Inclusão, acesso e permanência de estudantes indígenas na universidade: reflexões sobre potenciais aprimoramentos para a Universidade do Estado do Amazonas. *In: JOLY, C. A.; MORAES, A. R; SPEGLICH, É.; BERRO, G. B.; VIEIRA, S. A. (org.). Diálogos Amazônicos: contribuições para o debate sobre sustentabilidade e inclusão*. São Carlos: Rima Editorial, 2023, p. 143-170.

MIGNOLO, W. D. Epistemic Disobedience: the de-colonial option and the meaning of identity in politics. **Gragoatá**, [S. I.], v. 12, n. 22, p. 11-41, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33191>. Acesso em 4 set. 2025.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MOLINA, K. da S.; RIBEIRO, P. R. C. Lugar de Indígena é Onde Ela Quiser!: um estudo com mulheres indígenas universitárias. **Revista Da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 72, p. 130-147, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.21879/faebea2358-0194.2023.v32.n72.p130-147>.

MOLINA, K. da S.; RIBEIRO, P. R. C. Mulheres Indígenas Universitárias: problematizando ações afirmativas. **Revista Diversidade e Educação**, [S. I.], v. 9, n. Especial, p. 287-313, 2021. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/handle/123456789/10669>. Acesso em: 18 jun. 2024.

MOREIRA JUNIOR, F. de J.; PAFIADACHE, C.; LOOSE, L. H.; PIAIA, R.; SCHER, V. T.; PERIPOLLI, A.; PALM, B. Satisfação dos usuários do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Maria: uma análise descritiva. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 28, n. 2, p. 83-108, maio/ago. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5902/2317175814891>.

MUNDURUKU, D. **O caráter educativo do Movimento Indígena Brasileiro**. São Paulo: Paulinas, 2012.

NASCIMENTO, R. G. Entre “inclusão social e étnico-racial” e a busca por “autonomia e protagonismo indígena”: mapeamento de ações para a educação superior de povos indígenas no Brasil (2004-2014). In: MATO, D. (coord.). **Educación superior y pueblos indígenas en América latina: contextos y experiencias**. Sáenz Peña: EDUNTREF, 2015, p. 97-116.

OLIVEIRA, V. dos S. A mulher indígena na universidade: um estudo de caso sobre as estudantes indígenas da UFPR – setor litoral. **Divers@! Revista Eletrônica Interdisciplinar**, Matinhos, v. 7, n. 1, p. 31-42, jan./jun. 2014. DOI: <https://doi.org/10.5380/diver.v7i1.39586>.

OLIVEN, A. C. Ações afirmativas, relações raciais e política de cotas nas universidades: uma comparação entre os Estados Unidos e o Brasil. **Educação**, [S. I.], v. 30, n. 1, p. 29-51, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/faced/article/view/539>. Acesso em: 21 maio 2024.

PALADINO, M. Algumas notas para a discussão sobre a situação de acesso e permanência dos povos indígenas na educação superior. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 3, p. 175-195, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.7iEspecial.0008>.

PAULINO, M. M. **Povos indígenas e ações afirmativas**: o caso do Paraná. 2008. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: [https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/marcos\\_paulino.pdf](https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/marcos_paulino.pdf). Acesso em: 18 jun. 2024.

PAZ, A. A. M. Á. **Indianizar para descolonizar a universidade**: itinerâncias políticas, éticas e epistemológicas com estudantes indígenas da Universidade de Brasília. 2013. 239 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.repositorio.unb.br/handle/10482/14108>. Acesso em: 19 jun. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: LANDER, E. (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLASCO, 2005, p. 107-130.

RODRIGUES, W.; COSTA, K. G.; LIMA, M. P.; VALE, K. M. S. Reflexões a partir do coletivo feminista Gercília Krahô: Territorialização das estudantes indígenas da Universidade Federal do Tocantins. **Humanidades & Inovação**, [S. I.], v. 5, n. 3, p. 318-326. 2018. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/535>. Acesso em: 21 maio 2024.

RUANO-IBARA, E. D. S.; GAMA, V. M. da. Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero. **Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 2, n. 50, p. 277-199, set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/antropolitica2020.i50.a42048>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048>. Acesso em: 21 maio 2024.

SANTANA, T. O.; PAIM, E. A. Mônadas sobre mulheres indígenas na Universidade. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, Brasil, n. 31, p. 49-68, out. 2018. DOI: <https://doi.org/10.36661/2238-9717.2018n31.10558>.

SANTOS, A. O. Políticas educacionais e desigualdades sociais na Amazônia: um estudo comparativo. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 10, n. 7, p. 900-912, jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v10i7.14862>.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCHERER-WARREN, I.; DELESPOTE, A. G. Ativismo étnico-racial face às ações afirmativas na UFSC: redefinindo espacialidades. *In: SCHERER-WARREN, I.; PASSO, J. C. (org.). Ações Afirmativas na Universidade: abrindo novos caminhos*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2016, p. 112-138.

SILVA, G. K. B.; PAULINO, S. F. Licenciaturas Interculturais: estudo de caso dos acadêmicos indígenas Fulni-ô. **RELACult – Revista Latino-Americana de estudos em cultura e sociedade**, [S. I.], v. 4, n. 3, p. 1-18, set./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v4i3.971>.

SILVA, M. G. M.; NOGUEIRA, P. S. Expansão na educação superior e políticas de democratização: avanços e contradições. *In: SILVA, M. G. M. (org.). Políticas Educacionais: faces e interfaces da democratização*. Mato Grosso: EdUFMT, 2011, p. 13-38.

SOUSA, A. L.; ZENI, L. A.; SCHNEIDER, D. R. Territorialidades e contexto urbano nos estudos sobre a relação pessoa-ambiente: revisão integrativa de literatura. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 494-512, ago. 2021. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2021.61053>.

URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**, [S. I.], v. 3, n. 2, p. 30-43. 2009. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/230628966>. Acesso em: 16 jun. 2024.

VASQUES, M. P.; PONTES, T. M.; FERNANDES, A. C. Ser mulher indígena e mãe na universidade: desafios e perspectivas de uma estudante de agronomia. **Rev. Cadernos de Campo**, Araraquara, v. 23, n. esp. 2, p. 1-29, dez. 2023. DOI: <https://doi.org/10.47284/cdc.v23iesp.2.16903>.

VIANA, I.; MAHEIRIE, K. Identidades em Reinvenção: o fortalecimento coletivo de estudantes indígenas no meio universitário. **Revista Polis e Psique**, Florianópolis, v. 7, n. 3, p. 224-249, jan. 2017. DOI: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.74372>.

VIANA, I.; TONIAL, F. A. L.; BRUNIERE, M. F.; MAHEIRIE, K. Colonialidade, invisibilização e potencialidades: experiências de indígenas no ensino superior. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 602-614, set./dez. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7422805>. Acesso em: 21 maio 2024.

VIEIRA, A. C.; SOUZA, P. B. M.; ROCHA, D. S. P. Vivências da maternidade durante a graduação: uma revisão sistemática. **Revista Cocar**, Belém, v. 13, n. 25, p. 532-552, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/229924957>. Acesso em: 15 jun. 2024.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. DOI: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>.

WALSH, C. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: insurgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (org.). **Educação intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. São Paulo: 7Letras, 2009, p. 12-43.

Licença Creative Commons – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CCBY-NC4.0)

#### Como citar este artigo:

GOMES, Thalyta Juliana da Silva; NINA, Socorro de Fátima Moraes; SOUSA, Adria de Lima. Da aldeia à Universidade: os desafios enfrentados por mulheres indígenas em uma universidade pública do Amazonas. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 22, 2025. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/11675>. Acesso em: dd mmm. aaaa.

**Financiamento:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

**Contribuições individuais:** Conceituação, Metodologia, Recursos, Software, Visualização, Curadoria dos Dados, Investigação e Escrita – Primeira Redação: Thalyta Juliana da Silva Gomes. Análise Formal, Administração do Projeto, Supervisão, Validação e Escrita – Revisão e Edição: Socorro de Fátima Moraes Nina e Adria de Lima Sousa.

**Declaração de uso de Inteligência Artificial:** As autoras declaram que não utilizaram ferramentas de Inteligência Artificial em nenhuma etapa da análise, redação ou revisão deste estudo, assumindo total responsabilidade pelo conteúdo integral da publicação.

**Revisor:** Adriano de Carvalho Braule Pinto (Revisão de Língua Portuguesa e ABNT).

**Sobre as autoras:**

THALYTA JULIANA DA SILVA GOMES é doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mestre em Psicologia pela UFAM e especialista em Terapia Cognitivo-Comportamental pela Faculdade Martha Falcão (Wyden). É bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

SOCORRO DE FÁTIMA MORAES NINA é doutora em Sociedade e Cultura na Amazônia e mestre em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). É professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (UEA) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPSI) da UFAM.

ADRIA DE LIMA SOUSA é pós-doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e doutora em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). É professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Psicologia (FAPSI) da UFAM.

Recebido em 05 de novembro de 2024  
Versão corrigida recebida em 08 de setembro de 2025  
Aprovado em 08 de dezembro de 2025